

# A EXPERIÊNCIA ESCANDINAVA DE PROTEÇÃO SOCIALDEMOCRATA: UM CASO EMBLEMÁTICO<sup>1</sup>

Camila Potyara Pereira<sup>2</sup>

## **Introdução: surgimento exitoso da *via média* no contexto da proteção social**

Em 1936, o jornalista americano Marquis William Childs publicou um *best-seller* internacional que transformou a forma de encarar e enfrentar os problemas econômicos, políticos e sociais engendrados pelo modo capitalista de produção. Seu livro, *Sweden: The Middle Way* (“Suécia: a Via Média”) inspirou os países do Ocidente, em especial os Estados Unidos, a adotar estratégias pragmáticas para o crescimento da economia e o avanço do sistema político. Tais estratégias foram bem-vindas naquele período histórico porque, desde 1929, os países capitalistas industrializados vinham se defrontando com uma Grande Depressão.

A tese central do livro de Childs, calcada em dados sociais, era de que a Suécia, ao optar por um caminho do meio entre o socialismo, com suas supostas limitações (tendo como exemplo a

---

<sup>1</sup> Ensaio extraído, com alterações, da tese de doutorado da autora, intitulada: “Proteção Social no Capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes” (2013).

<sup>2</sup> Socióloga, mestre e doutora em Política Social (Universidade de Brasília - UnB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPoS) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB. E-mail: camilapotyara@gmail.com.

experiência da União Soviética), e o capitalismo concentrador de riquezas (típico dos Estados Unidos), havia alcançado alto grau de progresso e estabilidade (OHLSSON, 2006). Ou seja, aquele país escandinavo parecia ter resolvido seus mais graves problemas sociais sem prejudicar sua economia – alavancada por indústrias privadas internacionalmente competitivas – e sem recorrer a ideologias ou teorizações justificadoras. Apenas deu suporte, pragmaticamente, à coexistência pacífica entre um Estado presente e interventor, sindicatos fortes e empresas mercantis. Segundo Childs, esse processo poderia ser caracterizado como um “compromisso histórico entre capital e trabalho” (CHILDS apud OHLSSON, 2006, p. 4. Tradução nossa), invejado por diversas nações que conheceram sérios prejuízos econômicos e sociais com a crise capitalista de 1929.

O sucesso sueco, publicizado por Childs, ganhou notoriedade em vários países e impressionou o então presidente estadunidense, Franklin Delano Roosevelt, que criou uma comissão especial para ir à Suécia estudar esta via média e descobrir quais ações poderiam ser importadas para os EUA. Naquela ocasião Roosevelt declarou:

Tornei-me um grande interessado no desenvolvimento cooperativo com países no exterior, especialmente a Suécia. Um livro muito interessante foi lançado alguns meses atrás – Suécia: a Via Média. Eu estava tremendamente interessado no que eles haviam feito na Escandinávia, descrito ao longo destas linhas. Na Suécia, por exemplo, você tem uma família real, um governo socialista e um sistema capitalista, todos trabalhando felizes lado a lado. É claro que é um país menor do que o nosso; mas eles têm realizado algumas experiências muito interessantes e, até agora, muito bem sucedidas. Eles têm esses movimentos cooperativos existindo, felizes e com sucesso, ao lado da indústria privada (...), ambos ganhando dinheiro. Eu acreditei que, do nosso ponto de vista, era, no mínimo, digno de estudo (ROOSEVELT apud BAKER, 2011, p. 2. Tradução nossa).

Contudo, conforme Ohlsson (2006), a visão da Suécia como um país politicamente neutro, posicionado entre extremos opostos e com um “dom natural” para o compromisso público e o consenso

como forma de mediar conflitos de interesses, é mais antiga do que supôs Marquis Childs. Desde meados do século XIX políticos influentes, como o Ministro das Finanças, entre 1856 e 1864, Johan August Gripenstedt, reconheciam que o caminho do meio era o mais sensato e certo para o sucesso. Seguindo este princípio, a Suécia percorreu uma trajetória vitoriosa rumo ao aumento da riqueza nacional, retratada nas estatísticas econômicas. No período que vai de 1870 a 1964, por exemplo, o Produto Interno Bruto sueco apresentou o mais rápido crescimento mundial, ficando atrás apenas do Japão (OHLSSON, 2006). Embora, de regra, a riqueza socialmente produzida no capitalismo concentre-se em poucas mãos privadas, a Suécia criou uma tradição de regulação da economia e um sistema de proteção social complexo, nos quais o Estado atua com primazia, em prol da equidade.

A parceria entre as esferas pública e privada era – e ainda é – bem vista, tanto por socialdemocratas, quanto por políticos e pensadores escandinavos conservadores. Isso porque, acreditam eles, o progresso só se dá com a garantia da proteção econômica, intervenção política, estabilidade e coesão social. A sugestão dada por Gripenstedt (ainda no século XIX) e endossada por políticos de correntes ideológicas distintas, da criação de uma rede ferroviária estatizada como impulso para a aceleração do desenvolvimento econômico, ilustra bem essa estratégia (Ibid.). Assim, as particularidades políticas, econômicas e sociais da Suécia tornaram-na globalmente conhecida como *folkhemmet* ou “casa do povo”, termo que se popularizou, em especial entre os progressistas, em 1928, apesar de já vir sendo utilizado por conservadores desde muito antes.

Importa ressaltar que, não obstante a celebração da Suécia como um modelo a ser seguido desde a década de 1930, a construção do *folkhemmet* foi um processo moroso, que se estendeu por cerca de cinquenta anos. De acordo com Baker (2011), apenas em 1967 o Primeiro Ministro sueco Tage Erlander considerou o projeto concluído. Para o mundo, o *folkhemmet* era a prova cabal de que um sistema intermediário entre o capitalismo e o socialismo poderia funcionar melhor do que economias orientadas pela lógica exclusiva

do mercado (Ibid., p.6). Os políticos suecos, orgulhosos de seu modelo e deslumbrados com a repentina fama internacional, passaram a enxergá-lo, não como outro caminho, uma via média alternativa, mas como o *único* caminho possível. Caminho este que também vinha sendo percorrido por nações geograficamente próximas.

Com efeito, a despeito de ter centrado sua pesquisa na Suécia, Childs não deixou de reconhecer que, mesmo com menor alcance, outros países escandinavos ou da Europa do Norte – como a Dinamarca e a Noruega – também compartilhavam a mesma estratégia pragmática, cooperativa e mediadora, de “modificação da economia capitalista” (Ibid.). Posteriormente, semelhantes estratégias foram observadas na Finlândia e na Islândia, que, juntamente com os três países citados, passaram a compor o que ficou conhecido como Modelo Escandinavo de Proteção Social<sup>3</sup>. Antes de descrevê-lo, porém, faz-se necessário tecer considerações a respeito de sua classificação tipológica.

## **1. Possibilidades e fraquezas das tipologias de bem-estar como recurso metodológico**

Apesar das limitações inerentes a qualquer tipologia, vários autores, por falta de outro recurso metodológico, dedicaram-se a agrupar as nações (sobretudo as europeias) em conjuntos maiores e inclusivos, separando-as por tipos de proteção social e de regimes de bem-estar. Nesses agrupamentos, os cinco países escandinavos (Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia e Islândia) ora aparecem unidos sob o mesmo guarda-chuva categorial, ora isolados em dois ou três arranjos diferenciados. Esping-Andersen (1990), por exemplo, autor de uma das recentes e mais conhecidas tipologias dos regimes de bem-estar, afirma que Suécia, Noruega, Dinamarca

---

<sup>3</sup> É comum encontrar na literatura especializada outras terminologias que se referem a este mesmo Modelo de Proteção Social: Nórdico, Socialdemocrata, Institucional, entre outros. Optou-se pela utilização alternada dos termos “Escandinavo” e “Nórdico”, ressaltando-se seu sentido comum.

e, em parte, Finlândia representam a categoria Socialdemocrata<sup>4</sup>. Por outro lado, Korpi e Palme (1994), classificam Finlândia, Noruega e Suécia como componentes do modelo Abrangente (*Encompassing*), enquanto a Dinamarca integra o modelo de Segurança Básica (*Basic Security*), juntamente com Canadá, Nova Zelândia, Irlanda, EUA, Reino Unido, Holanda e Suíça<sup>5</sup>. De acordo com Abrahamson (1999), outras distintas categorizações podem ser encontradas em Castles e Mitchell (1990), Leibfried (1992), Bislev e Hansen (1991) e Kastrougalos (1994).

Disso se conclui que a tipologização das nações escandinavas em um único padrão protetivo é mais arriscada do que parece. Para Abrahamson (1999), ainda que compartilhem similaridades significativas, os países nórdicos diferem entre si em vários aspectos e, em outros, acabam assemelhando-se a alguns dos demais Estados componentes da Europa. Além disso, no que se refere à sua situação política e econômica atual, Suécia e Finlândia, de um lado, e Dinamarca e Noruega, de outro, compõem dois blocos diferenciados<sup>6</sup>. Seguindo o mesmo raciocínio, Eklund (2011) afirma que os países nórdicos possuem histórias diferentes e respondem aos desafios econômicos com estratégias específicas a cada realidade local. Para embasar seu argumento cita que os quatro principais países escandinavos (Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia) relacionam-se com a moeda adotada pela União Europeia, nos anos 1990 – o euro –, de quatro maneiras diversas entre si: a Finlândia é membro da União Europeia e adotou o euro como moeda. A Dinamarca é também membro da União Europeia, mas manteve a coroa dinamarquesa como moeda nacional, embora indexada ao euro. A Suécia, país membro da União Europeia, igualmente não adotou o euro, mas, ao contrário da Dinamarca, possui uma moeda própria (coroa sueca) flutuante. Por fim, a

---

<sup>4</sup> Esping-Andersen (1990) divide os modelos de bem-estar em três categorias: Liberal, Conservador e Socialdemocrata. Sua tipologia foi inspirada no inglês Richard Titmuss (1976), para quem os modelos de Estado de Bem-Estar podem ser: residual, industrial e institucional.

<sup>5</sup> Korpi e Palme (1994) classificam as nações por tipos de instituições de segurança social. De acordo com eles, esses tipos são: Abrangente (*Encompassing*), Corporativista (*Corporatist*), Segurança Básica (*Basic Security*) e Focalizado (*Targeted*).

<sup>6</sup> Nesta análise, Abrahamson (1999) não incluiu a Islândia.

Noruega não faz parte da União Europeia e não integra a zona do euro<sup>7</sup>.

A despeito das discrepâncias destacadas, os países escandinavos possuem características comuns e, mais importante, específicas à Escandinávia, não observadas, conjuntamente, em nenhum outro lugar do globo. Abrahamson as reconhece da seguinte forma:

Considero justificado o fato de continuarmos a nos referir a um modelo escandinavo de prestação de bem-estar, se este significar uma sociedade onde o setor público assume responsabilidade pelo financiamento e prestação de serviços de cuidado social para todos os cidadãos a um nível elevado, tanto quantitativamente quanto qualitativamente (2009, p.36).

Abrahamson (2012) afirma ainda que o modelo escandinavo, construído com este significado, apresenta as seguintes características: realiza-se sob o signo da socialdemocracia como ideologia política dominante; ancora-se nos direitos constitucionais como critério para o acesso à proteção social, em oposição à contribuição ou seleção subjetiva de necessidades; delega ao Estado a primazia na gestão, na oferta e no financiamento desta proteção – sendo que este financiamento provém, majoritariamente, de impostos; universaliza a cobertura dos benefícios, serviços e programas sociais; eleva os níveis de compensação de déficits sociais; e, finalmente, conta com alto grau de participação de ambos os sexos no mercado de trabalho.

As particularidades escandinavas, todavia, não se resumem a estas características, posto que também englobam, de acordo com Berggren e Trägårdh (2011): crescimento econômico relativamente constante; estabilidade política de longo prazo; instituições públicas transparentes e baixo nível de corrupção – fatores determinantes para a alta confiança da sociedade no aparato público estatal; adaptabilidade tecnológica; mercados de trabalho flexíveis aliados à proteção social universal do “berço ao túmulo”; economias abertas; excelentes níveis de educação; e amplo respeito às leis. Os autores

---

<sup>7</sup> A Eurozona é constituída de 17 países – dentre os 27 que integram a União Europeia – que adotaram o euro como moeda oficial.

supraindicados observam que estes fatores ranqueiam os países escandinavos no topo de avaliações econômicas e de qualidade de vida<sup>8</sup>.

Entretanto, as justificativas apresentadas para a existência desta realidade unicamente experimentada pelos países escandinavos, variam conforme os pesquisadores, passando por análises de todo tipo, desde as psicológicas e culturais até as estruturais, políticas e sociais.

## **2. Singularidade não consensual do modelo da proteção social escandinava**

Em tom irônico e crítico, Berggren e Trägårdh referem-se à argumentação – infelizmente ainda usual, sobretudo entre o senso comum – baseada em uma suposta “superioridade civilizatória do povo nórdico”, para tentar explicar o sucesso escandinavo em um mundo globalizado. De acordo com estes autores,

uma possibilidade é que os nórdicos, por natureza, são extraordinariamente cooperativos, racionais e menos propensos a sucumbir à tentação do egoísmo do mercado do que outras pessoas. Se for esse o caso, não há muito a ser aprendido do exterior – além de que o mundo poderia ser um lugar mais razoável, mas também, possivelmente, mais maçante, se fosse habitado exclusivamente por suecos, dinamarqueses, noruegueses e finlandeses (2011, p. 13. Tradução nossa).

Descartada esta possibilidade, prosseguem afirmando:

No entanto, se assumirmos que os cidadãos dos países nórdicos são, no geral, semelhantes a outros seres humanos em suas paixões, boas ou más, outros fatores entram em jogo: as práticas

---

<sup>8</sup> De acordo com o *World Happiness Report* (Relatório Mundial de Felicidade – SACHS; HELLIWELL; LAYARD, 2012), por exemplo, os países nórdicos destacam-se como os mais felizes do globo, sendo que a Dinamarca lidera este quesito.

sociais, as instituições de longo prazo e as experiências históricas que sustentam o capitalismo nórdico (Ibid. Tradução nossa).

Abrahamson (2007; 2012) ressalta que os fatores históricos e culturais são determinantes. Para ele, três características dos países escandinavos podem ser destacadas como decisivas para a construção do Modelo Nórdico de Proteção Social. A primeira refere-se ao tamanho destas nações: são geograficamente pequenas e possuem uma população total que não chega a 30 milhões de habitantes<sup>9</sup>. A segunda diz respeito ao fato de a Escandinávia ser homogênea do ponto de vista étnico e religioso. Quanto a isso, Christiansen e Markkola (apud ABRAHAMSON, 2007, p. 7), pontuam que

durante muitos anos a versão luterana manteve um *status* hegemônico em todos os países nórdicos. Quem sabe, se argumenta, seja esta a explicação mais importante para as semelhanças entre os estados nórdicos e, em particular, entre os tipos de bem-estar social. (Tradução nossa).

Por fim, todos os países escandinavos passaram por um processo de industrialização tardio, fator que, somado ao primeiro, é considerado decisivo para o desenvolvimento de um sistema socialmente protetivo. Em regra geral, os países tardiamente industrializados tenderam a apresentar Estados mais interventores e a criar políticas públicas mais cedo do que as nações que se industrializaram antes (ABRAHAMSON, 2007). Isso porque, o atraso na industrialização retarda também – ou mesmo impede – a formação de uma burguesia industrial forte e influente e produz uma classe trabalhadora insurgente, descolada do proletariado fabril. Na Dinamarca, por exemplo, o núcleo da classe trabalhadora foi composto, até o início da I Guerra Mundial, por agricultores e artesãos pós-feudais, empregados em uma estrutura econômica simples de pequenas unidades, seja no âmbito comercial, seja no

---

<sup>9</sup> Dado referente à soma do número total de habitantes da Dinamarca, Noruega, Finlândia, Suécia e Islândia, tendo como parâmetro os indicadores de julho de 2014. O número exato da população destes países é 26.026.828. Fonte: <http://www.indexmundi.com>. Acesso em 19 de julho de 2015.



industrial: o número de trabalhadores em cada posto variava entre cinco a vinte indivíduos. Este cenário contribuiu para instituir o paternalismo na relação trabalhador-proprietário deste país (CHRISTIANSEN, 1996). O processo de transição da filantropia e do paternalismo aos direitos sociais se deu mediante a organização desses trabalhadores em torno de lutas comuns e de acirrados conflitos entre classes.

Vindos da terra, esses trabalhadores traziam consigo a influência cultural e política dos agricultores. Assim, um dos objetivos do Partido Socialdemocrata e dos movimentos sindicais foi transformar uma mentalidade pequeno-burguesa numa consciência de classe trabalhadora, que transcenderia as características individualistas e centradas na propriedade, típicas da ideologia agrária, preservando, porém, seu potencial democrático para fortalecer a posição reformista do partido. (...) Esse ímpeto organizacional esteve estreitamente ligado a uma intensa luta de classes que alcançou seu clímax no grande *lockout* de 1899 – uma das mais longas e mais abrangentes disputas dos trabalhadores na história da Segunda Internacional. O acordo que pôs fim a essa disputa – o acordo de setembro de 1899<sup>10</sup> – lançou as bases para a dialética do conflito e da cooperação de classes que persiste até hoje na Dinamarca (CHRISTIANSEN, 1996, p.261-262).

É preciso, portanto, rever a tese, amplamente sustentada, mesmo entre acadêmicos e pesquisadores especialistas no estudo dos países escandinavos, de que o sistema de proteção social

---

<sup>10</sup> Em 1899 a disputa entre empregados e empregadores culminou na mais séria luta entre classes da história dinamarquesa: o mercado de trabalho da Dinamarca sofreu um *lockout* geral que durou aproximadamente três meses, equivalendo a cerca de três milhões de dias de trabalho perdidos e resultou na demissão de 40.000 trabalhadores. Em setembro deste mesmo ano, confederações sindicais e de empregadores (ambas criadas no ano anterior com o objetivo de fortalecer institucionalmente as disputas cada vez mais intensas entre trabalhadores e patrões) firmaram um acordo formal e público que passou a ser conhecido como “Acordo de Setembro” (*September Compromise*). Seus principais termos dispunham sobre o direito de greve aos trabalhadores, o direito de gestão aos empregadores (gerir e distribuir o trabalho), aviso prévio a disputas e criação de um sistema de negociação coletiva com obrigação de paz durante os acordos. Ambas as partes se consideraram vitoriosas e esta data marcou o fim dessa batalha e deu início à tradição do consenso, do compromisso e do respeito mútuo frente aos conflitos, comum em todos os países nórdicos. Contudo, é importante frisar que as disputas de classes, reivindicações, lutas sociais, paralisações e protestos não são raros na Escandinávia. Fonte: <http://www.lo.dk/> (acesso em 12 de setembro de 2012) e Museu Nacional de Copenhague/Dinamarca.

atualmente em voga nestas nações é fruto simplesmente de acordos políticos e concessões. No final do século XIX, a maioria das sociedades escandinavas já era dividida em classes sociais antagônicas; e, embora cada uma delas fosse representada por partidos políticos cujas estratégias de ação eram historicamente marcadas pelo consenso, a população, de maneira geral, não era e ainda não é tão pacífica. Para ilustrar esta afirmação, vale lembrar que uma das marcas registradas do Modelo Nórdico de Proteção Social – e motivo de orgulho para o povo escandinavo – que é a situação equânime da mulher no mercado de trabalho e na esfera doméstica, foi uma conquista do aguerrido movimento feminista dinamarquês; o qual, em 1925, por meio do *The Marriage Act*, obteve sucesso na luta por direitos iguais para homens e mulheres no casamento. Antes disso, porém, em 1871, a Sociedade Dinamarquesa de Mulheres, batalhava pela equidade entre os sexos na política, no trabalho e no âmbito legal, alcançando vitórias importantes<sup>11</sup>. Hoje a participação feminina no governo e nas assembleias parlamentares varia entre um terço e 50%; e mais de 70% das mulheres na Escandinávia estão empregadas (ABRAHAMSON, 2012).

Em anos recentes, a proteção social escandinava, com todas as suas particularidades, tem demonstrado ser combativamente defendida pela sociedade. Em 1982, por exemplo,

o governo conservador-liberal [dinamarquês] anunciou um congelamento salarial e cortes no auxílio-desemprego, e lançou um enorme programa de deflação, desregulamentação e privatização. Confrontada com a ofensiva sem rebuços contra os assalariados, a socialdemocracia não soube como reagir. (...) A classe trabalhadora e o movimento sindical dinamarqueses foram menos passivos. Uma onda de paralisações varreu o país, e algumas das maiores demonstrações políticas desde a guerra protestaram contra a intervenção do governo na negociação salarial, tradicionalmente livre (CHRISTIANSEN, 1996, p. 275).

---

<sup>11</sup> Fonte: Museu Nacional de Copenhague.

Em 1996, a Suécia, por sua vez, já figurava como o país capitalista com mais alto índice de sindicalização, ultrapassando os 85% (PONTUSSON, 1996).

A luta da população nórdica, no entanto, é historicamente marcada pelo pragmatismo e procura moldar suas ações e princípios de acordo com as circunstâncias da realidade concreta. Desta forma, a defesa da sociedade politicamente organizada não é da socialdemocracia ou de um caminho ideologicamente situado entre o capitalismo e o comunismo, mas do sistema de proteção social em si, coletivamente construído, independentemente do partido político que o execute ou da ideologia que o embase. Na Suécia, a vitória do Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt, de centro-direita, sobre os candidatos socialdemocratas nas eleições de 2006 e de 2010, só foi possível pela promessa de que gastaria mais em saúde e em educação e não modificaria a essência do *folkhemmet* (OHLSSON, 2006). Em outras palavras,

é simplesmente impossível vencer as eleições na Suécia com uma política radical de redução de impostos e cortes em programas sociais como o é para vencer as eleições nos EUA com uma política de elevação de impostos e aumento dos gastos com programas sociais (Ibid., p. 5. Tradução nossa).

Esta afirmação pode ser estendida para os demais países da Escandinávia.

Contudo, é preciso recordar que

desde “A Ideologia Alemã”, de Marx/Engels (1846), até o “Conhecimento e Interesse”, de J. Habermas (1968 e 1973), sabemos que *por detrás de todo conhecimento e de toda prática humana age uma ideologia latente*. Resumidamente, podemos dizer que a ideologia é o discurso do interesse. E todo conhecimento, mesmo o que pretende ser o mais objetivo possível, vem impregnado de interesses (BOFF, 2012. Grifo nosso).

### 3. Pragmatismo e interesse na política de proteção social nórdica

A defesa da proteção social nos países nórdicos serve, efetivamente, a interesses maiores. O Modelo Escandinavo, como já foi ressaltado, não pretende superar o capitalismo, mas, ao contrário, protegê-lo contra conflitos, disputas e ameaças. Seus partidários, mais que acreditarem na superioridade do sistema capitalista, têm convicção de que o socialismo não é eficiente e, por isso, também não é desejável. A suposta neutralidade nórdica<sup>12</sup>, propagada durante a Guerra Fria, foi superada a partir dos anos 1990, com o fim da divisão da Europa em dois blocos distintos; com a adesão da Suécia e da Finlândia (e candidatura da Islândia)<sup>13</sup> à União Europeia; e com o início do fim da homogeneidade étnica, religiosa e cultural nos países escandinavos, com a entrada crescente de imigrantes<sup>14</sup> (OHLSSON, 2006). Atualmente, as cinco nações componentes da Escandinávia experimentam, assumidamente, uma modalidade única de capitalismo, conhecida em todo o globo como *Capitalismo Nórdico*. Isso quer dizer que, a despeito de suas características aparentemente benéficas aos trabalhadores e classes mais empobrecidas, em essência o Modelo Escandinavo de Proteção Social, embora pautado nos direitos de cidadania social, funciona com vistas à conservação do modo capitalista de produção. Conforme será visto a seguir, o pragmatismo, o compromisso com a equidade, o universalismo, a parceria entre sociedade, mercado e Estado e a utilização do consenso como melhor estratégia para a solução de conflitos sociais, são atributos que possuem ambiguidades e contradições; e que podem servir aos

---

<sup>12</sup> Embora declaradamente neutros, os países nórdicos sempre estiveram ao lado do bloco ocidental dominante. Dinamarca, Islândia e Noruega fizeram parte dos países fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ao lado da Bélgica, Canadá, Holanda, Luxemburgo, França, Itália, Grã-Bretanha, Portugal e Estados Unidos. Suécia, apesar de não ter se tornado membro formal, esteve, silenciosamente, ao lado da OTAN desde sua criação (OHLSSON, 2006).

<sup>13</sup> Dinamarca já era membro da União Europeia (EU) desde 1973 e Noruega, ainda hoje, não é país membro da UE.

<sup>14</sup> No ano de 2004, por exemplo, os imigrantes representavam aproximadamente 12% da população sueca (OHLSSON, 2006). Na Noruega, o número de imigrantes aumentou 210% entre 1995 e 2011 (Fonte: <http://www.ssb.no> Acesso em 12 de setembro de 2012).

propósitos de quem, historicamente, detém mais poder – sejam os exploradores, sejam os explorados.

O Modelo Nórdico procurou afastar-se, desde sua origem, de posicionamentos teóricos de grande alcance, guiando-se mais pelo pragmatismo radical: se o Estado é útil para o avanço do mercado, que seja interventor. O Estado de Bem-Estar Social, por sua vez, é visto como produto natural entre sociedade e Governos nas democracias ocidentais, fruto de uma relação na qual cada parte luta pelos seus interesses próprios: os governos precisam de legitimidade, de votos e de eleitores simpáticos; e a população precisa de mecanismos certos que garantam a satisfação contínua de suas necessidades sociais, não propriamente básicas (GEORGE; WILDING, 1994). Assim, para o Modelo Nórdico, a proteção social institucionalizada por meio dos Estados de Bem-Estar, figura como mecanismo de troca, instrumento eficaz na manutenção da ordem e da paz e no alcance de consensos entre grupos antagônicos.

Além disso, o modelo protetivo da Escandinávia atende aos intentos da região de reconstruir a homogeneidade nórdica, já que essa região do planeta une cinco nações diferenciadas em torno de práticas sociais comuns, às quais o acesso se dá mediante o *status* de cidadania, obtido apenas por residentes legais. A solidariedade, o senso de comunidade e a tradição de Nação Única (*One Nation*) – virtudes essenciais à ideologia da Via Média (GEORGE; WILDING, 1994), da qual o modelo Nórdico faz parte e extremamente valorizadas na Escandinávia – só podem ser atingidos plenamente em sociedades uniformes, harmoniosas, muito bem organizadas e que tenham, por tradição, o respeito às regras e leis.

Sendo assim, o processo crescente de imigração para os países Nórdicos, especialmente provenientes de sociedades não ocidentais (árabes, turcos, africanos e asiáticos) é visto, pela maioria conservadora, como ameaça, não só à cultura escandinava, mas ao seu próprio sistema de proteção social como um todo. Efetivamente, os países do norte europeu afirmam ser alvo de um novo tipo de “turista”, o *social*, que busca unicamente obter

vantagens de modelos protetivos mais generosos, tal como o Modelo Escandinavo. De acordo com eles, este “turista social” cruza fronteiras em busca de residência definitiva, apresentando-se como refugiado ou disposto ao trabalho e, ao conquistar esta condição legal, beneficia-se, adquirindo moradia, salário, transferências monetárias e acesso a serviços sociais universais. Ademais, carrega consigo suas práticas culturais, hábitos e costumes próprios, gerando conflitos multiculturais e multiétnicos nas sociedades nórdicas que não apenas se orgulham de sua homogeneidade, como lutam para mantê-la, já que, para elas, a homogeneidade é o fator essencial para o estabelecimento do consenso nas tomadas de decisão.

#### **4. Fato pouco divulgado: cordialidade entre os seus e intolerância aos estranhos**

Em toda a Escandinávia, o “turismo social” vem desencadeando reações extremistas e sentimentos de xenofobia, especialmente, na Dinamarca, considerada porta de entrada para as demais nações nórdicas. São comuns, neste país, os embates entre dinamarqueses e não dinamarqueses – ou mais especificamente, entre dinamarqueses e não ocidentais – visto que, de acordo com os primeiros, os últimos não pagam impostos; não se adéquam ao modo de vida europeu; e impõem sua cultura, não aprendendo o idioma dinamarquês, vestindo-se de forma diferenciada (usando burcas ou véus, por exemplo), ou comportando-se de maneira distinta do culturalmente aceitável nessa região. Para ilustrar este sentimento, reproduz-se aqui a opinião de dois dinamarqueses sobre a imigração, colhidas por Richard Jenkins para o seu livro *Being Danish: Paradoxes of Identity in Everyday Life* (Ser Dinamarquês: Paradoxos de Identidade na Vida Cotidiana):

Na Dinamarca, não estamos acostumados a ter estranhos vivendo aqui. Nós olhamos para eles e perguntamos o que eles estão fazendo aqui, o que eles são? Nós não sabemos o que fazer. (...)

As pessoas dizem para si mesmas: pagamos muitos impostos e esse dinheiro vai para o cuidado de idosos, crianças. Temos de ir trabalhar para pagar por tudo isso, e aí aparecem todos esses refugiados. (...) Eu fui criada aqui, nós somos especiais, este é um país especial, comparado com outros lugares. E nós não queremos ser perturbados por pessoas que não são daqui. Para nós é claro que eles vêm para serem protegidos. (...) E nossa atitude é de que nós vamos ajudá-los, sim, nós vamos dar um pouco do dinheiro de nossos impostos para ajudar. Mas, por que não ajudá-los no lugar de onde eles vieram? Por que eles não podem se estabelecer em terras vizinhas? Ajudem eles onde eles estão, mas não aqui na Dinamarca (Depoimento anônimo. JENKINS, 2011, p. 265. Tradução nossa).

Nós somos simplesmente felizes. Felizes porque somos livres, nós não temos nenhum Allah para rezar. Nosso sistema de bem-estar é tão generoso de algumas formas: todos os imigrantes estão pegando um monte de dinheiro, e nós temos que pagar 50% de nossos salários, por que os impostos são muito altos. Se nós não tivéssemos tantos imigrantes, eu acho que não teríamos que pagar impostos tão caros (Depoimento anônimo. JENKINS, 2011, p. 278. Tradução nossa).

Estes posicionamentos radicais saíram da esfera do senso comum, mas tornaram-se bandeira de alguns partidos de centro e extrema direita, em ascensão nos países nórdicos. A argumentação típica assenta-se na ideia de que a sociedade em seu conjunto é de vital importância para a formação dos caracteres individuais, sendo cada indivíduo peça chave para a manutenção da ordem e da estabilidade, valores estes considerados, concomitantemente, base e finalidade do Estado de Bem-Estar Social. Uma sociedade heterogênea, multicultural e multiétnica é, de acordo com os adeptos destes partidos, mais propensa a conflitos, disputas de interesses, pobreza, desigualdades sociais, corrupção e crime.

A proteção social, portanto, assume, no imaginário conservador da Escandinávia, a *função* de agente pacificador e harmonizador. Com a limitação do critério eletivo à proteção social a apenas residentes legais, e com o conseqüente arrocho na concessão de vistos de permanência e autorizações para entrada de

imigrantes não europeus, estes partidos acreditam estar agindo com vistas a resguardar o seu sistema protetivo contra “parasitas”, “pragas” ou “invasores”, termos comumente utilizados para qualificar os referidos imigrantes. E no rastro dessas restrições, a xenofobia e o racismo, produtos do intenso choque cultural, vêm ganhando corpo nesta região do planeta.

Do exposto, depreende-se que o apreço pela equidade, característica notória do Modelo Escandinavo, não é um fim em si mesmo; mas, na verdade, a busca pela homogeneidade ameaçada e uma tática de redução de conflitos. Todavia, apesar da defesa calorosa da equidade, as desigualdades sociais, desde que não sejam profundas, são aceitas e consideradas naturais. E não poderia ser de outra forma, já que o Modelo Escandinavo se realiza, consensualmente, no interior do capitalismo.

De fato, pode-se afirmar que, mais do que assegurar o bem-estar geral, o papel do sistema de proteção social da Europa do Norte é garantir a *segurança social*. Pesquisa realizada pela *European Union Survey*, no início da década de 1990, descobriu que a grande maioria dos europeus acredita que, mais do que condições iguais e uniformidade nos patamares de renda dos indivíduos e famílias, é a proteção contra o desemprego, a pobreza e a deficiência, que é considerada fundamental. Para eles, os governos não podem e não devem abandonar nenhum de *seus cidadãos* à sua própria sorte (FERRERA apud ABRAHAMSON, 1999). Neste sentido, equidade não é o valor central deste Modelo; mas sim, segurança social (MARTINUSSEN apud ABRAHAMSON, 1999).

Para os defensores do Modelo Escandinavo, o risco imposto pela pobreza e pela desigualdade social acentuada vai além da desarmonia social e da ruína da homogeneidade como uma característica nórdica. E, por isso, a proteção social não deve pender para a construção de uma nova sociedade, mas reduzir e tratar os males visíveis do capitalismo, com vista a preservá-lo e mantê-lo equilibrado, em segurança. O termo *segurança*, tido como valor central desse modelo, não deve ser interpretado apenas como *segurança social* aos cidadãos de determinada sociedade, mas também, e com igual importância, como segurança ao sistema como um



todo; isto é, ao mercado e às suas atividades, ao modo de produção e à reprodução do capital.

Outro fator que contribuiu para a equidade e, em decorrência, para a segurança, é o universalismo. As conquistas protetivas, apesar de terem sido fruto de um processo contraditório envolvendo lutas trabalhistas, pressões sociais e acordos políticos, não visam beneficiar a apenas uma classe ou grupo específico. A legitimidade estatal na oferta deste tipo de proteção aos cidadãos nórdicos é resultado de sua habilidade de atender à sociedade como um todo, satisfazendo universalmente demandas variadas.

Cientes de que todos usufruirão do Estado de Bem-Estar e do atendimento do conjunto de suas necessidades e em todas as fases de suas vidas – “do berço ao túmulo” – os cidadãos nórdicos defendem esse Estado e aceitam arcar com seu custo, considerado alto<sup>15</sup>. Isso também se deve à crença de que esse sistema de bem-estar é altamente desmercadorizado, já que, em tese – e não de fato –, possibilita que os habitantes destas nações sobrevivam sem necessariamente precisar vender sua força de trabalho ao mercado. Os serviços sociais universais, em conjunto com os benefícios destinados a diferentes parcelas da população, são citados como exemplo disso. Nas palavras de Abrahamson,

o que é importante lembrar é que os Estados de Bem-Estar Social escandinavos não tratam de, quantitativamente falando, apoio ao pobre e/ou ao desempregado através de medidas direcionadas, mas sim de apoiar a população como um todo através de serviços universais como assistência médica de alta qualidade gratuita, educação, incluindo ensino superior gratuito, creche fortemente subsidiada, ampla assistência aos idosos (também gratuita), pensões familiares para todas as famílias com filhos, independente de renda, e pensão por velhice para todos os idosos, independentemente de sua renda e riqueza (2012, p.31).

---

<sup>15</sup> Nos países escandinavos é comum pagar cerca de 50% dos salários em imposto para financiamento do Estado de Bem-Estar Social.

## 5. Mostras desconcertantes de um individualismo encoberto e de reverência ao mercado

Segundo Berggren e Trägårdh (2011), a imagem construída do sistema cooperativo de bem-estar nórdico é uma meia-verdade. É certo que os escandinavos são mundialmente conhecidos pelo exercício contínuo de uma *solidariedade social* ou, em outras palavras, “da habilidade de subordinar interesses pessoais à racionalidade coletiva” (BERGGREN; TRÄGÅRDH, 2011, p. 14. Tradução nossa). Porém, análises mais aprofundadas demonstram o contrário. Na verdade, o que faz com que o Capitalismo Nórdico apresente vitalidade, resistência perante crises e tenha-se tornado um suposto exemplo de sucesso perante outras nações capitalistas, é precisamente o individualismo exacerbado que permeia todas as relações humanas e institucionais nesta parte do globo. As nações escandinavas podem ser consideradas mercadorizadas, não somente pela imposição da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho – que, ao contrário do que é propagado, é real, como será descrita adiante –, mas porque o *modus operandi* do Modelo Escandinavo segue o princípio fundamental da lógica mercantil liberal: “o de que a unidade básica da sociedade é o indivíduo e o propósito central das políticas sociais deve ser a maximização da autonomia individual e da mobilidade social” (Ibid., p. 14. Tradução nossa).

Os referidos autores também afirmam que o Estado de Bem-Estar nórdico possui uma lógica moral que orienta suas ações e as suas políticas sociais, qual seja: a de libertar o indivíduo de todas as formas de subordinação e dependência, seja no âmbito familiar, seja na esfera civil. Seguindo essa concepção de vida, os pobres devem ser libertos da caridade; os trabalhadores, dos patrões; as mulheres, dos maridos; as crianças, dos pais; os pais idosos, dos filhos e de demais membros familiares (Ibid., p. 14). A estratégia para alcançar este objetivo é garantir uma proteção social universal, publicamente financiada e executada, que responda às necessidades humanas em seu complexo conjunto: não se limitando apenas a proporcionar segurança financeira aos cidadãos, mas também saúde, educação e qualificação profissional, trabalho, habitação e transporte coletivo

de qualidade, participação política, entre outros. Pode-se dizer que tal estratégia constitui uma fiel aplicação do princípio da liberdade negativa (que nega qualquer tipo de ingerência), e da emancipação política, que prevê mais limites entre liberdades individuais do que conexões entre elas.

Desta forma, a dependência familiar foi minimizada com: a taxação individual de cada membro; a revogação da obrigação imposta às famílias de cuidar dos seus integrantes idosos; a oferta de creche gratuita durante o dia para todas as crianças, independentemente do rendimento de seus pais; as transferências de renda a estudantes e jovens adultos, sem testes de meios em relação à renda de seus pais ou cônjuges; a proibição de castigos corporais às crianças e a ênfase nos direitos de pessoas menores de idade. Estas ações “transformaram os países escandinavos nas nações menos dependentes da família e mais individualizadas da face da Terra” (BERGGREN; TRÄGÅRDH, 2011, p. 15. Tradução nossa). Daí a baixa incidência do familismo<sup>16</sup> no seu processo de proteção social.

Contudo, a valorização radical da emancipação individual e da autonomia pessoal produziu uma consequência prevista e esperada pelos governos nórdicos, qual seja: a maior disposição da população escandinava a aceitar a economia de mercado e colaborar com ela, atuando como consumidores e produtores. Vivendo em uma sociedade capitalista sob a ilusão do *status* de liberdade materializado na ausência de compromissos morais com a família e concomitante proteção social individual, total e universal, os cidadãos nórdicos assumiram um perfil benquisto pela economia de mercado e suas instituições privadas. Daí a prevalência de consumidores solitários, que passam a buscar em mercadorias e serviços mercantis a satisfação de desejos e carências, anteriormente satisfeitos no âmbito familiar e comunitário solidário. E ao tornaram-se mais polivalentes, adaptáveis, destemidos e ousados –

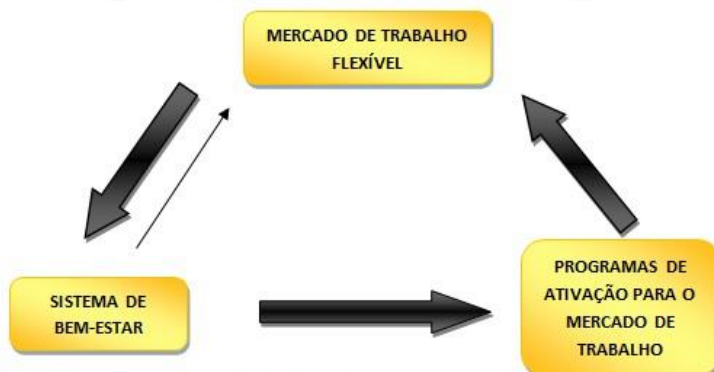
---

<sup>16</sup> Isso não significa o descarte da família, mas sim a liberação desta dos cuidados com proteção social de seus membros. Tal fato destoa do que acontece no sul da Europa, por exemplo, onde, em países como Espanha, Portugal, Grécia e sul da Itália, prevalece um modelo de proteção social denominado *latino* ou *mediterrâneo*, no qual a participação protetora da família (leia-se familização) revela-se superior à do Estado.

já que protegidos contra o desemprego, as doenças, a velhice e na paternidade/maternidade – os escandinavos criam as condições perfeitas para a implementação de um mercado de trabalho flexível (Ibid.). O mais puro – e reverenciado – exemplo desta nova modalidade de trabalho compõe uma estratégia dinamarquesa denominada *flexicurity*, ou *flexisegurança* como é traduzida nas línguas espanhola e portuguesa (como exemplo, ver WELLER, 2009).

O termo *flexicurity*, cunhado pelo primeiro-ministro da Dinamarca no período compreendido entre 1993 e 2001, e líder do Partido Socialdemocrata, entre 1992 e 2002, Poul Nyrup Rasmussen, nasceu da junção das palavras *flexibility* (flexibilidade) e *security* (segurança). Representada por um “triângulo de ouro”, a *flexicurity* tornou-se sinônimo de sucesso para nações capitalistas. Seus três pilares são fruto da combinação da flexibilidade no mercado de trabalho – considerada vital para a garantia da competitividade em economias dinâmicas mundializadas – com um sistema de proteção social eficaz, tanto na oferta de segurança para trabalhadores, quanto para desempregados, por meio de políticas de ativação para o trabalho, ilustrados na Figura 1. Nesta, as setas simbolizam o fluxo de pessoas que, sob este sistema protetivo, invariavelmente acabam integrando-se ao mercado de trabalho flexível. Os que dele são excluídos podem retornar ao trabalho após um curto período de tempo – no qual são integralmente protegidos por políticas assistenciais públicas – ou por meio de “incentivos” dos programas de ativação, gerenciados e executados pelo Estado de Bem-Estar Social.

Fig. 1 - “O triângulo de ouro” da *flexicurity* dinamarquesa



Fonte: Figura elaborada a partir de Madsen (2002, p. 246). Tradução nossa.

O “triângulo de ouro” da *flexicurity*, apesar de idealizado por socialdemocratas, é exemplo inquestionável da influência neoliberal na Dinamarca. Em defesa de um sistema híbrido no qual “dialogam” – embora notadamente de forma desigual – mercado, Estado e trabalhadores, este país aproximou-se dos Estados Unidos ao oferecer indicadores mínimos de proteção e legislação trabalhistas, o que possibilita aos empregadores, entre outras ações, determinar, por meio de acordos com os sindicatos, o valor da remuneração paga aos empregados. Além disso, as contratações e demissões de funcionários se dão sem entraves legais: às empresas é permitido o ajustamento quase diário de sua mão de obra, de acordo com as flutuações, demandas e “necessidades” da economia e do perfil de consumidores; e os trabalhadores, manipulados pelo discurso positivo da flexibilidade e da segurança social incondicional, em tese garantida pelo “generoso” Estado de Bem-Estar, não percebem, no geral, as consequências nefastas deste sistema à sua sociabilidade e emancipação humana.

A centralidade ocupada pelo trabalho nas sociedades define a forma como a vida dos indivíduos irá se estruturar. Ao permitir a criação de identidades, o planejamento futuro, a satisfação de necessidades imediatas e – a depender de sua forma e objetivos – o crescimento humano, intelectual e profissional, a ocupação laboral figura como eixo fundante na história particular de cada cidadão. Contudo, ao se tornar mercadorizado, alienado e flexível, o trabalho perde seu caráter protetivo e social. A flexibilidade individualiza, já que coage, mascaradamente, os indivíduos a buscar ganhos próprios e não coletivos; ou seja,

cada trabalhador procura a sua realização pessoal, melhorar o seu desempenho e aumentar as suas qualificações, conseguindo gerir melhor o seu tempo. Os valores sociais e a negociação de interesses coletivos enfraquecem, deixando assim os trabalhadores menos qualificados e os grupos sociais mais frágeis (jovens, mulheres e idosos) expostos a condições de trabalho mais instáveis e a situações de exclusão social (PAULOS, 2007, p.12)

Festejada como “boa mobilidade no trabalho”, as demissões e contratações frequentes impedem: a construção de uma carreira; a identificação do trabalhador com uma equipe e um ambiente de trabalho; a socialização com colegas, chefes e clientes. Além disso, dificultam a criação de empatia com o serviço prestado ou, em outros casos, destroem a empatia estabelecida, obrigando os empregados a abandonarem trabalhos com os quais se identificavam para iniciar empregos novos, muitas vezes bastante diferentes dos que desempenhavam anteriormente. E esta “mobilidade” tem alcançado números assustadores: anualmente 25% a 30% dos trabalhadores dinamarqueses são demitidos e reempregados em novas ocupações (BINGLEY apud MADSEN, 2007), mediante políticas de ativação para o mercado de trabalho, nem sempre isentas de coação. A precariedade, o aumento da carga de trabalho e a incerteza – grande responsável por doenças e ansiedades na classe trabalhadora – são resultados da flexibilidade, mesmo que esta esteja, em tese, sob o controle regulador do Estado de Bem-Estar Social.

Contudo, esse controle é limitado; a princípio porque não está inscrito no conceito de trabalho, mas no de emprego. Isso quer dizer que, ao trabalhador é garantida simplesmente a permanência no mercado de trabalho, porque ele é obrigado a migrar para várias empresas diferentes ao longo de sua vida profissional. Esta ideia foi bem colocada pelo comissário da União Europeia, Vladimir Spidla, em discurso na Conferência “*Os desafios centrais da flexigurança*” realizada em Lisboa em setembro de 2007. Segundo ele,

a filosofia que está por trás da flexigurança é a de que os trabalhadores estão mais preparados para fazer essas mudanças se existir uma boa rede de segurança. Deixam de existir empregos para toda a vida, mas passam a existir mais oportunidades para todas as pessoas encontrarem um emprego com maiores apoios no desemprego (SPIDLA apud PAULOS, 2007, p. 10).

Em segundo lugar, os programas de ativação para o mercado de trabalho, por serem condicionalidades impostas aos beneficiários de auxílios desemprego, incorrem nos mesmos problemas das

condicionalidades ou contrapartidas, já discutidos em outras publicações<sup>17</sup>. Em adição, o Estado força os indivíduos a aceitarem as ofertas de emprego que se lhes apresentam, assim como os seus consequentes treinamentos e capacitações, independentemente das condições oferecidas e da adequação das mesmas ao seu perfil profissional.

Para além das políticas ativas, os demais benefícios prestados pelo Estado de Bem-Estar Social na Dinamarca, e em todos os demais países nórdicos, têm se tornado menos generosos ao longo do tempo, em especial a partir dos anos 1990. Abrahamson (2012) apresenta diversos dados que comprovam a queda no valor e na cobertura de benefícios para crianças, idosos e famílias de baixa renda nas duas últimas décadas.

## **Inferências finais**

Do exposto, deduz-se que o Modelo Escandinavo de Proteção Social, apesar de possuir diferenças nacionais sensíveis, compartilha a maioria dos princípios e orientações do capitalismo; alguns deles são aplicados nas cinco nações em sua forma mais pura e radical: o pragmatismo, o individualismo exacerbado e o apreço pela liberdade negativa. Embora o Estado de Bem-Estar Social nesses países seja forte e intervencionista, inclusive regulando a economia e o mercado, esta intervenção ocorre da seguinte forma: com o objetivo primeiro de proteger e preservar o modo de produção capitalista, seja garantindo mão de obra qualificada, flexível e disponível para as ocupações mais funcionais ao sistema e adaptável às flutuações do mercado de trabalho, seja controlando conflitos de interesses e ameaças sociais, por meio da busca pela equidade e pela manutenção da homogeneidade étnica, religiosa, de classe e cultural. O Estado, nesse processo, torna-se um aliado do mercado e dos indivíduos, e não da classe trabalhadora.

---

<sup>17</sup> Ver, em especial, PEREIRA; SIQUEIRA (2009).

## Referências

ABRAHAMSON, Peter. **The Scandinavian Model of Welfare: comparing social welfare systems in Nordic Europe and France.** Paris: MIRE, 1999.

\_\_\_\_\_. Política Fiscal y Protección Social em Estados Pequenos: comparando Escandinavia y Centroamérica. In: Instituto ICEFI. **Boletín de Estudios Fiscales.** Guatemala: Instituto Centroamericano de Estudios Fiscales, 2007.

\_\_\_\_\_. O retorno das medidas de ativação na política de bem-estar dinamarquesa: emprego e proteção social na Dinamarca. In: **SER Social.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, v. 11, n. 25, julho a dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. O modelo escandinavo de proteção social. In: **Argumentum,** Vitória, v.4, n.1, 2012, p.7-36.

BAKER, Josiah R. **Constructing the People's Home: the political and economic origins and early development of the "Swedish Model" (1879-1976).** Dissertation (Doctorate in Philosophy) – Department of Politics, School of Arts and Sciences, University of Columbia, Washington, DC, 2011.

BERGGREN, Henrik; Trägårdh, Lars. Social trust and radical individualism: the paradox at the heart of Nordic capitalism. In.: World Economic Forum. **The Nordic Way.** Shared Norms for the New Reality. Davos, 2011.

BISLEV, Sven; HANSEN, Henning. The Nordic Welfare States and the European single market. In.: LYCK, Lise (ed.). **The Nordic Countries in the Internal market of the EC.** Copenhagen, Handelshøjskolens förlag, 1990.



BOFF, Leonardo. **A espetacularização e a ideologização do Judiciário**. São Paulo: Revista Carta Maior, 04 de outubro de 2012. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5801](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5801) Acesso em: 10 de outubro de 2012.

CASTLES, Francis Geoffrey; MITCHELL, Deborah. **Three Worlds of Welfare Capitalism or Four?** Australian National University, graduate program in public policy, Discussion paper No. 21, 1990.

CHILDS, Marquis William. **Sweden: the Middle Way**. New Haven: Yale University Press, 1963.

CHRISTIANSEN, Niels Finn. Dinamarca: Fim de um Idílio? In: ANDERSEN, Perry; CAMILLER, Patrick (orgs). **Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

EKLUND, Klas. Nordic capitalism: Lessons learned. In. World Economic Forum. **The Nordic Way**. Shared Norms for the New Reality. Davos, 2011.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare regimes**. Cambridge: Polity Press, 1990.

GEORGE, Vic e WILDING, Paul. **Welfare and ideology**. New York, London, Toronto, Sidney, Tokyo, Singapore: Harvester/Wheatsheaf, 1994.

JENKINS, Richard. **Being Danish: Paradoxes of Identity in Everyday Life**. Denmark: Museum Tusulanum Press, 2011.

KORPI, Walter; PALME, Joakim. **The Paradox of Redistribution and Strategies of Equality: Welfare State Institutions, Inequality and Poverty in the Western Countries**.

Stockholm, 1994. Disponível em:  
<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fciteseerx.ist.psu.edu%2Fviewdoc%2Fdownload%3Fdoi%3D10.1.1.111.2584%26rep%3Drep1%26type%3Dpdf&ei=5Y9kUPLkBoLc8ATJ3YD4Dg&usg=AFQjCNFD6PBBeRzqpWYDm1hqUyKkN0oRyg&sig2=ewOGyeDQi4K3o8tcSAN8cQ>. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

KASTROUGALOS, Georg. **The South-European model of Welfare State and the European integration** (mimeo). Roskilde: Department of Social Sciences, Roskilde University, 1994.

LEIBFRIED, Stephan. Towards a European Welfare State? On integrating poverty regimes into the European Community. In: FERGE, Zsuzsa; KOLBERG, Jon-Eivind (eds.). **Social Policy in a changing Europe**. Vienna: Westview Press, 1992.

MADSEN, Per Kongshøj. The Danish Model of Flexicurity: a paradise with some snakes. In SARFATI, Hedva; BONOLI, Giuliano (Eds.): **Labour market and social protections reforms in international perspective: Parallel or converging tracks?** Ashgate, 2002.

OHLSSON, Per Torbjörn. **Sweden: still the Middle Way?** Palestra proferida na Universidade de Columbia em 28 de Setembro de 2006. Disponível em  
[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&sqi=2&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.columbia.edu%2Fcu%2Fswedish%2Fevents%2Fall06%2FPTOChilds92806Web.doc&ei=1yBiUM26J4\\_I9gSzoYD4DQ&usg=AFQjCNGsvh7ximk\\_TE0dDglkExwOhvHE6g&sig2=2Z\\_EkMA\\_PUFq2jH3RKeCNQ](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&sqi=2&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.columbia.edu%2Fcu%2Fswedish%2Fevents%2Fall06%2FPTOChilds92806Web.doc&ei=1yBiUM26J4_I9gSzoYD4DQ&usg=AFQjCNGsvh7ximk_TE0dDglkExwOhvHE6g&sig2=2Z_EkMA_PUFq2jH3RKeCNQ). Acesso em: 17 de maio de 2012.

PAULOS, Margarida Ramires. **As Consequências da Flexibilidade**. Trabalho realizado no âmbito do mestrado em

Sociologia ISCTE, ano letivo 2007/2008, disciplina: Sociologia Aplicada e Aprofundada. Dezembro de 2007. Disponível em <http://mpr.ub.uni-muenchen.de/7043/> Acesso em: 15 de outubro de 2012.

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: BOSHETTI, Ivanete et al. (orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 211 – 229.

PONTUSSON, Jonas. Suécia: Depois da Idade de Ouro. In: ANDERSEN, Perry; CAMILLER, Patrick (orgs.). **Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

SACHS, Jeffrey; HELLIWELL, John; LAYARD, Richard. **World Happiness Report**. New York: Earth Institute, Columbia University, 2012.

TITMUS, Richard. **Essays on Welfare State**. London: Allen & Unwin, 1976.

WELLER, Jürgen (ed.). **O novo cenário laboral Latino-americano: regulação, proteção e políticas ativas de mercado de trabalho**. CEPAL, 2009.

Recebido em 01/07/2015

e aceito em 10/08/2015.

---

**Resumo:** *Aborda-se, neste ensaio, uma experiência de proteção social, considerada exemplar – a escandinava – tendo à frente a “via média” ou terceira via socialdemocrata sueca. Tecem-se, inicialmente, considerações sobre o poder de sedução dessa modalidade de intervenção social para, em seguida, apontar aspectos pouco divulgados sobre a sua aderência consentida ao capitalismo e ao individualismo. Sem desconsiderar a qualidade do padrão de democracia nórdica, compartilhada ciosamente pelos cinco países que compõem a Escandinávia (Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia e Islândia), ressalta-se que essa democracia é eminentemente endógena, sujeita a infiltrações, já verificadas, de extremismos de direita.*

**Palavras-chave:** *proteção social escandinava; Via Média; Capitalismo; democracia liberal-burguesa.*

---

**Title:** *The Scandinavian experience of social democrat protection: an emblematic case.*

**Abstract:** *In this essay we approach a social protection experience, considered a model – the Scandinavian – having ahead the “middle way” or the Swedish social democrat third way. We offer, initially, considerations on the power of seduction of this modality of social intervention to, after, point little known aspects about its consented adberence to capitalism and individualism. Without ignoring the quality of the Nordic democracy patter, jealously shared by the five countries that compose Scandinavia (Sweden, Denmark, Norway, Finland and Iceland), we highlight that this democracy is eminently endogenous and subject to already observed right wing extremisms infiltrations.*

**Keywords:** *Scandinavian social protection; Middle Way; capitalism; liberal-bourgeois democracy.*

---